Terceirização e terceirizados no Poli

Vamos conversar sobre isso?

Apesar de defender o concurso público como o meio mais apropriado para a contratação de pessoal no serviço público, a terceirização é uma realidade há décadas na Administração Pública com tendência de crescimento e maior cristalização. Além disso, entendemos que na EPSJV, os trabalhadores exercem um papel importantíssimo de garantir os meios para a concretização das ações finalísticas e diversos projetos da Escola, interagindo com seu público e sendo elo entre seus variados setores.

Assim, é fundamental ter um olhar especial para este importantíssimo segmento de trabalhadores da Escola, de forma a defender sua maior participação nos processos decisórios, bem como elevar suas condições de trabalho e melhor adequar os contratos de terceirização de maneira a atender e contemplar as especificidades de atuação de processos de trabalhos diferentes, gerando ambiente de maior segurança e proteção à saúde destes trabalhadores.

Defendemos que uma escola de saúde não pode pactuar com contratos que não garantem mecanismos eficazes de saúde ocupacional a todos os seus trabalhadores. Assim, os contratos de terceirização, numa organização pública da grandeza e influência da FIOCRUZ, deverão estar preocupados com a garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Torna-se fundamental que trabalhos de natureza peculiar estejam especificados em contratos de terceirização que atendam às exigências de suas diferenças. Por exemplo: um trabalhador de infraestrutura estará melhor protegido num contrato de terceirização que contemple a natureza das atividades que este executa, de forma a lhe garantir uso de EPI (equipamentos de proteção individual), uso de instrumentais específicos, treinamentos e educação permanentes de saúde ocupacional e segurança do trabalho, de acordo com os trabalhos que eles executam. Teriam, ainda, garantia de

direitos em caso de acidentes e da própria natureza do trabalho, como, por exemplo, adicionais de periculosidade.

Hoje, os trabalhadores de infraestrutura são contratados num contrato de terceirização de gestão como trabalhadores administrativos. Se o fossem num contrato de terceirização de manutenção e infraestrutura, poderiam receber de suas empresas tratamentos mais adequados à natureza de suas atividades. A Escola, assim, poderia exigir o cumprimento de atividades de atenção e proteção à saúde destes trabalhadores, de forma a prevenir eventos adversos decorrentes do trabalho destes.

O mesmo ocorre com os profissionais de TI, para os quais um contrato geral de gestão não consegue valorizar as especificidades do trabalho desenvolvido e remunerar de maneira mais adequada os seus trabalhadores — nos moldes como se dá no trabalho dos profissionais de TIC —, e proporcionar mecanismos de capacitação e atualização efetivos. Isto poderia gerar maior dinamicidade e motivação no trabalho e agregar maior valor aos resultados produzidos, atendendo, assim, aos desafios que as constantes e cada vez mais velozes transformações tecnológicas demandam.

A área de TI deve ser entendida não como área meio de garantir infraestrutura tecnológica ao funcionamento da Escola. Ao contrário, a TI deve ser encarada como área estratégica por onde perpassam todos os processos da Escola, sejam eles, meios, fins ou de gestão.

Nós entendemos o conjunto de trabalhadores da Escola como um corpo único que interage constantemente e tem necessidades de proteção, segurança, capacitação, motivação e similares. A gestão de pessoas deverá receber investimentos de valorização de sua força de trabalho, mas também de capacitação, de forma a conseguir responder aos desafios de criar na Escola um ambiente de trabalho crescentemente mais saudável. Reconhecemos a necessidade de uma atitude cada vez mais solidária e colaborativa para ampliar as parcerias internas de compartilhamento de recursos de capacitação de seus trabalhadores, seja por meio da Escola Corporativa da Fiocruz, sejam por ações de compartilhamento específicas entre unidades, projetos intraorganizacionais, núcleos e câmeras técnicas.

É fundamental ter um olhar para aqueles trabalhadores dos contratos de terceirização comuns à FIOCRUZ, como os trabalhadores dos contratos de limpeza, portaria, jardinagem, telefonia, segurança. Há que se questionar constantemente o quanto os processos de trabalho da Escola interferem negativamente nas condições de saúde destes trabalhadores. Uma escola de saúde não deve permitir que processos de trabalho nocivos comprometam a saúde presente e futura de todos os seus trabalhadores, sejam eles servidores, terceirizados de seus contratos ou de contratos corporativos. Uma escola de saúde deve olhar e estar atenta a todas as condições de trabalho para que estas não adoeçam seus trabalhadores. Adequar mobiliários, promover treinamentos às equipes de higienização, ajustar movimentos de levantamento de pesos, são apenas algumas ações simples que pretendemos desenvolver em prol de todos nós, trabalhadores.

Precisamos que todos se manifestem sobre essas questões, considerando as especificidades de seu trabalho, para avançarmos no desenvolvimento da gestão da força de trabalho no Poli, em especial desses, de fato especial para nós, os trabalhadores terceirizados!

Unidade Poli

MARISE RAMOS